



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO Nº. 4684/2008 (Apenso nº. 054.001.560/2002-PMDF)

PARECER Nº. 1480/2008-DA

EMENTA: Pensão militar. Lei nº. 10.486/02. Polícia Militar do Distrito Federal. Promoção *post mortem* do instituidor. Ausência de documentos comprobatórios. Necessidade de esclarecer os alicerces da promoção. Diligência saneadora (Decisão nº. 2.261/2008). Cumprimento parcial de diligência. Inspetoria sugere nova diligência. Pelo acolhimento da proposta.

Versam os autos do processo em epígrafe sobre pensão militar legada a Angélica Miranda Rodrigues, Paulo Henrique Miranda Rodrigues, Milena Miranda Rodrigues e Milene Miranda Rodrigues, respectivamente viúva e filhos do extinto Soldado PM Paulo Rodrigues da Cruz, matrícula nº. 19.337-2, falecido na ativa, em 22.11.2002, a contar da data do óbito, calculada com base no soldo integral de Cabo PM.

2. A concessão encontra fundamento nos artigos 36, § 3º, 37, inciso I, 39, § 1º, 47 e 53 da Lei nº. 10.486/2002, combinados com os artigos 40, §§ 7º e 8º, e 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/1998, conforme ato concessório publicado no DODF de 10.07.2006 (fl. 32-apenso).

3. O Tribunal, mediante a Decisão nº. 2.261/2008 (fl. 08), determinou o retorno dos autos à jurisdição, em diligência, para a adoção de medidas saneadoras, atendidas como se segue:

“I) esclareça, circunstanciadamente, a promoção “post mortem” concedida ao ex-militar à graduação de Cabo PM, devendo juntar aos autos os documentos que comprovem o direito à referida promoção;”

- Apesar de a jurisdição informar ter acostado aos autos o processo de promoção **post mortem** do extinto militar (fls. 72/73-apenso), a Unidade Técnica verificou que tal fato não procede. Constatou, apenas, que a jurisdição juntou o ato de promoção **post mortem** do instituidor (fl. 11), salientando, contudo, que citado documento já integrava o presente feito (fl. 42-apenso).

“II) junte aos autos certidão comprobatória do tempo de serviço prestado pelo ex-militar ao então Ministério do Exército, compreendendo 10 meses e 17 dias, devendo, se for necessário, envolver os próprios pensionistas para a obtenção do citado documento.”

- Atendido por meio da declaração comprovando o tempo de serviço prestado pelo instituidor ao Ministério do Exército, no período de 04.02.1988 a 20.12.1988 (fl. 71-apenso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

4. A Unidade Técnica, examinando os elementos constitutivos dos autos, asseverou que o ato de revisão da presente concessão (fl. 45-apenso) deverá ser retificado para incluir o **inciso I** do § 3º do artigo 36 da Lei nº. 10.486/02, com redação dada pela Lei nº. 10.556/02.

5. A apuração do tempo de serviço foi corretamente consignada, tendo o militar acumulado 4.269 dias de serviço (11 anos, 08 meses e 15 dias), já inclusos o tempo prestado ao Ministério do Exército (10 meses e 17 dias), consoante Demonstrativo de Tempo de Serviço (fls. 27/28-apenso).

6. Registrou que, até 05.09.2001, data de publicação da Medida Provisória nº. 2.218/2001, o ex-militar acumulou 3.822 dias de serviço, dos quais 3.505 prestados à PMDF e 317 dias ao Ministério do Exército, totalizando 10 anos, 05 meses e 22 dias. Assim, os pensionistas fazem jus a 10% (dez por cento) a título do Adicional de Tempo de Serviço (ATS), consoante o artigo 62 da Lei nº. 10.486/2002.

7. Em face do exposto, sugeriu ao eg. Plenário:

“I) ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 2.261/2008; e

II) determinar o retorno dos autos à Polícia Militar do Distrito Federal PMDF, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a jurisdicionada adote as seguintes providências:

a) em reiteração ao item I da Decisão nº 2.261/2008, esclarecer, circunstanciadamente, a promoção post mortem concedida ao extinto militar à graduação de Cabo PM, acostando aos autos os documentos que comprovem que o ex-Soldado PM fazia jus à referida promoção; e

b) retificar o ato de fl. 45 do Processo nº 054.001.560/2002, para inclusão, na fundamentação legal da presente concessão, do inciso I do § 3º do artigo 36 da Lei nº 10.486/2002 (redação dada pela Lei nº 10.556/2002).”

8. Diante das ponderações ofertadas pelo Corpo Técnico, passo a examinar o cumprimento das determinações indicadas na Decisão nº. 2.261/2008 (fl. 08), registrando, preliminarmente, que, de fato, a jurisdicionada não atendeu satisfatoriamente à diligência em comento, uma vez que não foram apresentados os esclarecimentos, circunstanciados, acerca da promoção **post mortem** concedida ao ex-militar, conforme consignado no item II do citado **decisum**.

9. No mais, registre-se que a declaração de fl. 71 do apenso atesta o tempo prestado ao Ministério do Exército, num total de 10 meses e 17 dias, restando saneado, portanto, a impropriedade indicada no item I da Decisão nº. 2.261/2008.

10. Demais considerações ofertadas pela Unidade Técnica encontram-se consonantes com o entendimento do Órgão Ministerial, não merecendo, pois, reparos as conclusões alvitadas nos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

11. Assim, verificando que a jurisdicionada não adotou as medidas determinadas pela Corte, este **Parquet** especializado opina, em harmonia com a diligente Unidade Técnica, pelo acolhimento das propostas expendidas no parágrafo 7º, supra.

É o parecer.

Brasília, 17 de outubro de 2008.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador do Ministério Público de Contas do DF